

AGRICULTORES EM TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: um estudo sobre as estratégias de comercialização

FARMERS IN AGROECOLOGICAL TRANSITION: a study on marketing strategies

Martin Mundo Neto – martin.mundo@fatec.sp.gov.br
Faculdade de Tecnologia (Fatec) – São Carlos – SP – Brasil

Raquel Fabbri Ramos - raquel.fabbri@cps.sp.gov.br
Centro Paula Souza – SP – Brasil

DOI: 10.31510/inf.v17i2.1072

Data de publicação: 18/12/2020

RESUMO

Este artigo trata de agricultores que participam de Organizações de Controle Social (OCSs), uma modalidade de certificação orgânica prevista na legislação brasileira para agricultores em transição agroecológica. O objetivo foi identificar as estratégias de comercialização de agricultores pertencentes a 16 OCSs, localizadas em diferentes regiões do Estado de São Paulo, e compará-las com as proposições da literatura de agroecologia, verificando se predominam estratégias que explorem circuitos curtos de comercialização. Os dados, referentes ao ano de 2019, foram coletados no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO), em entrevistas com agricultores e representantes das comunidades locais. Entre os agricultores das 16 OCSs predominam as estratégias de venda direta, com destaque para participação em feiras orgânicas, organização de redes de consumidores locais e a participação em chamadas públicas relativas a compras institucionais. Porém, foram identificados grupos de agricultores em posição fragilizada e com pouca inserção nos mercados locais, sendo a comercialização apenas parte de suas limitações.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Circuitos Curtos de Comercialização. Agroecologia.

ABSTRACT

This article deals with farmers who participate in Social Control Organizations (SCOs) a modality of organic certification provided for in Brazilian legislation for farmers in agroecological transition. The objective was to identify the marketing strategies of farmers belonging to 16 OCSs, located in different regions of the State of São Paulo, and to compare them with the propositions of the agroecology literature, verifying whether strategies that explore short commercialization circuits predominate. The data, referring to the year 2019, were collected in the National Register of Organic Producers (NROP), in interviews with farmers and representatives of local communities. Among the farmers of the 16 SCOs, direct sales strategies predominate, with emphasis on participation in organic fairs, organization of local

consumer networks and participation in public calls related to institutional purchases. However, groups of farmers were identified in a fragile position with little insertion in local markets, and marketing was only part of their limitations.

Keywords: Family Farming. Short Circuits of Commercialization. Agroecology.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é parte de um projeto de pesquisa sobre agricultores familiares do Estado de São Paulo que escolheram participar de uma Organização de Controle Social (OCS) com o propósito de realizar a transição agroecológica em suas unidades de produção agropecuárias, amparados pela Lei Federal nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003 (BRASIL, 2003). O foco aqui foi analisar se as estratégias de comercialização adotadas por estes agricultores estão alinhadas com as proposições da literatura sobre agroecologia e as políticas de fomento à transição agroecológica. Desde 2003, a transição agroecológica tem sido adotada como uma estratégia de posicionamento no espaço da agricultura por agricultores familiares em todas as regiões brasileiras (VILELA, 2019). Até início de 2019, o estado de São Paulo era responsável por mais de 20% do total de OCSs no país devido a um conjunto de parceiros institucionais credenciados pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), conforme indicado em MUNDO NETO et al (2019). De acordo com a legislação os agricultores organizados em Organizações de Controle Social (OCS), por estarem em transição agroecológica, não estão autorizados a utilizar os selos de certificação orgânica, destinados apenas a agricultores que realizam a conversão de seus sistemas de produção para sistemas de produção orgânica e passam pelas avaliações de conformidade estabelecidas na lei. Para os agricultores das OCSs é permitido a venda dos produtos como orgânico sem usar o selo e apenas nas vendas diretas para os consumidores ou atendendo os editais de chamadas públicas relacionadas às compras institucionais. Assim, além dos desafios relacionados à produção e o domínio das técnicas agroecológicas, estes agricultores têm que desenvolver estratégias alternativas para escoar sua produção. O objetivo aqui foi identificar as estratégias de comercialização de agricultores pertencentes a OCSs e compará-las com as proposições da literatura de agroecologia, verificando se predominam estratégias que explorem circuitos curtos de comercialização.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Francis et. al. (2003) propõe que a agroecologia seja entendida como um processo de transformação de todo o sistema alimentar, envolvendo as dimensões ecológicas, econômicas e sociais das sociedades contemporâneas. De acordo com Gliessman; Rosemeyer (2010, p.6-7) há quatro níveis no processo de construção de uma agricultura que seja sustentável. O primeiro nível estaria relacionado a melhorar o uso de insumos externos, focando na diminuição e racionalização do uso de recursos escassos; o segundo nível seria aquele no qual ocorre a substituição de insumos e práticas convencionais por práticas e insumos alternativos; o terceiro nível seria aquele no qual a unidade produtiva é redesenhada em função de um conjunto de novos processos ecológicos e relações sociais; o quarto nível seria aquele no qual se difunde a cultura da sustentabilidade envolvendo todos os elos do sistema de produção de alimentos.

Rosset; Marínez-Torres (2012) indicam como a agroecologia vem sendo adotada por agricultores familiares como alternativa ao modelo de agricultura dominante no agronegócio. Os autores destacam como os movimentos sociais do campo têm se apropriado da agroecologia enquanto uma ferramenta, seja no discurso como na prática, para se contrapor e contestar contra os interesses de grupos dominantes envolvidos em ocupações ilegais de terra que pressionam pequenos agricultores, comunidades indígenas e comunidades locais impondo a lógica da maximização de lucros nas regiões ocupadas por *mega-farms*.

Altieri (2010) destaca a necessidade de incluir a agroecologia na agenda das políticas públicas como uma estratégia de estimular o desenvolvimento rural de comunidades de agricultores, resgatando conhecimentos da agricultura tradicional praticada por seus antepassados e associá-los aos conhecimentos acumulados em pesquisas e experiências com produção de alimentos em diferentes ecossistemas. A lei N. 10.831, lei da produção orgânica brasileira, foi elaborada considerando o conjunto de influências e correntes históricas consideradas alternativas ao modelo dominante, denominado de convencional. A agroecologia foi incluída entre as correntes alternativas de agricultura consagradas como a orgânica, a biodinâmica, a permacultura e agricultura natural (BRASIL, 2003). A OCS é uma modalidade de certificação que privilegia as dimensões da agroecologia seja para a produção agrícola, por incentivar a adoção de técnicas de produção de base agroecológicas, seja para organização social da comercialização da produção que explore alternativas a aquelas predominantes entre

os produtores convencionais, dominado pelos grande processadores, grandes redes varejistas e seus congêneres em âmbito local, como supermercados, varejões e sacolões especializados.

A transição agroecológica seria um modelo alternativo para a agricultura em geral, mas, particularmente, para os agricultores familiares, uma vez que ela preconiza o aprendizado permanente em relação aos ecossistemas para que os agricultores se tornem cada vez menos dependentes de insumos externos, integrando-se ao ecossistema no qual estão inseridos. Considerando a importância da dimensão econômica, os agricultores de base agroecológica têm parte da sua produção destinada ao autoconsumo e seus esforços devem ser canalizados para a construção de um circuito local de comercialização, tanto de insumos como de produtos, que valorize as relações sociais duradoras, as ações coletivas e as práticas associativas entre os agricultores e representantes da comunidade. (ALTIERI, 2002; 2010).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com Vilela et. al. (2019), desde a criação do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO), em 2011, o número de OCSs aumentou no Estado de São Paulo numa taxa maior que a dos demais Estados do país. De acordo com Mundo Neto et. al. (2019) um grupo de parceiros institucionais credenciados pelo MAPA foi responsável por formar e solicitar o cadastramento de dezenas de grupos de agricultores em São Paulo, em particular o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), responsável pela formalização de mais de 60% dos grupos. Os dados referentes aos agricultores, que foram coletados no âmbito do projeto de pesquisa, investigam os fatores que têm contribuído para o sucesso (ou fracasso) de OCSs no Estado de São Paulo. A pesquisa analisou dados secundários obtidos do CNPO e dados primários coletados junto a uma amostra de 16 OCSs do Estado de São Paulo, selecionada em função dos principais parceiros institucionais do MAPA no Estado de São Paulo, referentes ao ano de 2019.

Os dados sobre as estratégias de comercialização dos grupos foram obtidos em entrevistas a representantes das OCSs, em visitas a feiras de produtores orgânicos dos municípios da amostra e de entrevistas com representantes da comunidade envolvida com os agricultores. Para cada grupo foi considerada a participação de agricultores nas modalidades de comercialização classificadas com pertencentes a “circuitos curtos de comercialização”, como feiras orgânicas, venda direta de cestas de produtos a grupos de consumidores, venda direta por

meio de parceria com outros produtores e comercialização pela participação de programas de compras governamentais (Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)). O PAA e o PNAE são políticas de apoio à comercialização que privilegiam a agricultura familiar e, portanto, são correlatas à Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) BRASIL (2012).

No Quadro 1 estão indicados os Parceiros Institucionais do MAPA na constituição de OCSs, os municípios envolvidos, o número de OCS e de seus respectivos integrantes para a amostra pesquisada.

Quadro 1 - Parceiros Institucionais, Municípios, OCS e número de integrantes, para 16 OCSs pesquisadas no Estado de São Paulo, em 2019.

Parceiros	Município	OCS	número de integrantes
SENAR	Ibaté	1 COPAFI - COOPERATIVA DOS PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR DE IBATE	6
		2 COMPANHIA DA HORTA	11
	São Carlos	3 AGROFLORESCER ORGÂNICO **	3
		4 ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE AGRÁRIA DE SÃO CARLOS E REGIÃO	15
		5 ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS NOVA SANTA HELENA	14
ITESP	Iperó	6 TERRA NOSSA - ASSENTAMENTO IPANEMA - IPERÓ / SP **	8
		7 UNIDOS VENCEREMOS - ASSENTAMENTO BELA VISTA - IPERÓ /SP	17
		8 VIDA NOVA **	4
IBS	Araraquara	9 GRUPO FAMILIAR ORGÂNICO CHICO BENTO	4
		10 ORGÂNICOS BELA VISTA	10
		11 ORGÂNICOS MONTE ALEGRE	4
COATER	Iperó	12 PROMOÇÃO HUMANA I	5
		13 PROMOÇÃO HUMANA II	7
	Araçoiaba da Serra, Capela do Alto e Sorocaba	14 ORGÂNICOS COPAD	8
G. Agro. ESALQ	Americana; Piracicaba e Cordeirópolis	15 COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLÓGICA - COOPERACRA *	32
Prefeitura SP	São Paulo	16 OCS SÃO PAULO **	3

* **OCS com pelo menos um agricultor que realizou o processo de conversão e foi certificado por auditoria.**

** **OCS com pelo menos um agricultor que foi certificado por um Organismo Participativo de Acompanhamento da Conformidade Orgânica – OPAC.**

Fonte: elaborado pelo autor.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os agricultores familiares que participam das OCSs analisadas interagem com um conjunto de atores locais que contribuem para a escoar a produção de base agroecológica. Se considerarmos a perspectiva de Bourdieu (2005), no campo econômico, os agricultores familiares ocupam uma posição desafiadora e dominada em relação ao padrão de agricultura dominante. Assim, o sucesso dos agricultores e de suas organizações depende da capacidade individual e coletiva de ocuparem os espaços negligenciado por aqueles que adotam o modelo dominante. Neste processo, um conjunto de atores contribuem para que os agricultores se constituam como OCSs, os parceiros institucionais, conforme indicado no Quadro 1. Mas, no processo de consolidação dos grupos, outros agentes se destacam, sobretudo aqueles que consomem os produtos destes agricultores. Destacam-se, também, os grupos de ATER universitária, representantes das secretarias da Agricultura e Abastecimento e das secretarias de Educação dos municípios, responsáveis por operacionalizar as políticas públicas, PAA e PNAE, nos municípios.

De acordo com Hass et. al. (2019, p.195) os Núcleos de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEAs) e dos Centros Vocacionais Tecnológicos em Agroecologia e Produção Orgânica (CVTs) tornaram-se fundamentais na difusão da agroecologia. Entre 2010 e 2016 foram realizadas oito chamadas públicas, envolvendo diferentes ministérios e órgão governamentais, que apoiaram 373 projetos. Porém, existe um número expressivo de iniciativas que não estão vinculadas às chamadas públicas e, também, têm atuado de forma estratégica na consolidação dos grupos de OCSs. Entre os grupos atuantes junto à amostra de OCSs analisada destaca-se a Rede de Agroecologia da UFSCar que articula pessoas e ações nos quatro campi (Araras, Lagoa do Sino, São Carlos e Sorocaba), com os seguintes grupos de pesquisa e extensão em agroecologia e outras temáticas: Coletivo Pés Vermelhos, Campus Araras; NAAC (Núcleo de Agroecologia Apetê-caapuã), Campus Sorocaba, NuPER (Núcleo de Pesquisa e Extensão Rural), Campus São Carlos. Em Piracicaba, na ESALQ/USP, o Núcleo de Agroecologia, por meio do grupo ESALQ-AMARANTHUS – Grupo de Agricultura Orgânica e Grupo Territorialidade Rural e Reforma agrária -TERRA, tem contribuído como parceiro institucional das OCSs, nos municípios de Piracicaba, Americana e Cordeirópolis. Em Araraquara a interação ocorre com representantes de grupos vinculados à UNESP e à UNIARA. Estes grupos de agentes, formais e informais, têm contribuído para a inserção dos agricultores em redes de consumo que valorizam a produção agroecológica. As principais iniciativas encontradas nos municípios estudados estão detalhadas a seguir.

4.1 As feiras de produtos orgânicos

Nos últimos anos, as políticas voltadas para agricultura familiar contribuíram para a expansão das feiras de produtores locais. Neste contexto, as feiras de produtos orgânicos tornaram-se um espaço estratégico para os agricultores das OCSs. Elas podem ser consideradas uma conquista dos agricultores, pois se trata de espaços para venda direta dos produtos para a comunidade local, mas também local de encontro e troca de experiências entre agricultores e a comunidade que permitem ampliar a rede de contatos. A conquista de espaços exclusivos para produção orgânica de base agroecológica requer o envolvimento de um conjunto de atores, notadamente representantes do poder governamental, portanto demanda recurso político e habilidade social ((FLIGSTEIN, 2007); (FLIGSTEIN; MCADAM; 2012). Em todos os municípios em que há feiras de produtos orgânicos ocorre competição com feiras de produtos convencionais. Em alguns casos, como no início da feira no município de São Carlos as conquistas foram gradativas. A feira era realizada às terças-feiras em um bairro onde agricultores convencionais passaram a participar, motivando a articulação dos agricultores das OCSs e parceiros políticos locais pela conquista de um local nobre e central na cidade, onde a feira passou a ocorrer aos sábados.

Nas feiras orgânicas visitadas predomina a oferta de variedades de verduras, raízes e legumes, culturas de ciclo curto. As frutas são mais frequentes dependendo da região e do tempo de formação das unidades produtivas antes da participação das OCSs. As trocas e aprendizado também ocorrem em relação às estratégias de gestão da barraca, como por exemplo, apresentação dos produtos, uso de embalagens retornáveis, pagamento por meio de cartão de crédito/débito. Uma estratégia de diversificação adotada por alguns agricultores é a produção e venda de plantas alimentícias não convencionais (PANCs), mudas de plantas ornamentais, frutíferas e medicinais, assim como produtos artesanais. Entre os últimos, destacam-se as geleias de frutas, condimentos e os extratos de plantas medicinais e aromáticas.

Como as feiras ocorrem em locais públicos é frequente a organização de atividades culturais em parcerias com instituições que interagem com os agricultores (ONGs, Prefeituras, Universidades), enriquecendo os espaços das feiras e fortalecendo os laços com a comunidade local. Estas atividades são mais frequentes e intensas em datas comemorativas, mas, em alguns casos, são incorporadas ao cotidiano das feiras. As atividades de artesanato, a gastronomia baseada em receitas orgânicas e veganas também têm se ampliado, indicando a diversificação

de atividades entre os participantes. Nora; Zanini (2015) analisaram como a sociabilidade numa feira de agricultores familiares que não possuem certificação é central para a perenidade das relações. A afirmação de uma das lideranças dos agricultores de São Carlos deixa claro a importância da feira:

“Na feira nós encontramos as pessoas, é um lugar de encontro. Também tem as pessoas que falam uma para as outras e então cada vez mais gente nova aparece querendo saber das coisas, de como produzimos. Alguns acabam visitando a gente lá na roça.”¹

A confiança dos consumidores em relação à qualidade orgânica dos produtos, aumenta na medida em que há contato frequente entre os agricultores e consumidores, tornando a certificação menos relevante.

Nos municípios de Ibaté, Americana e Cordeirópolis não foi identificada a ocorrência de feiras de produtores orgânicos. Nos demais municípios agricultores das OCSs têm participado das feiras orgânicas com regularidade e as vendas nas feiras têm ganhado importância na composição da receita destes agricultores.

4.2 CSA – Comunidades que Sustentam a Agricultura

As Comunidades que Sustentam a Agricultura são organizações que desenvolvem princípios de economia solidária, economia associativa integrando produtores e consumidores que compartilham destes princípios. Conforme discutido em Brown; Miller (2008), as *Community Supported Agriculture (CSA)*, surgiram na década de 1980 nos Estados Unidos, como iniciativas majoritariamente relacionadas à produção orgânica e focadas em valorizar as relações sociais e os mercados locais. Mas, também de acordo com os autores, estas iniciativas exigem dedicação e uma relação de confiança entre as partes. Uma das maiores dificuldades está relacionada à definição do preço das cotas para os consumidores de forma a remunerar os agricultores de forma satisfatória, uma vez que os preços estabelecidos nos mercados convencionais pressionam os preços das cotas para baixo, gerando frustração dos participantes e, em muitas situações, levam ao encerramento das relações.

Nos casos analisados, apenas nos municípios de Araraquara, Ibaté e Joanópolis não foram identificadas iniciativas de CSAs. Há agricultores de OCS que participam diretamente das CSAs locais, como no município de São Carlos, na OCS Agroflorescer Orgânico. Mas, é

¹ Depoimento de uma agricultura da OCS Santa Helena, na feira orgânica de São Carlos, junho de 2019.

mais frequente uma relação de parceria entre agricultores das OCSs e aqueles que têm participação direta nas CSAs, sobretudo no sentido de garantir o abastecimento e um mínimo de diversificação dos produtos que compõem as quotas fornecidas aos participantes, como relatado por agricultores de Americana e Cordeirópolis. As CSAs se tornaram organizações parceiras das OCSs e forneceram um modelo de referência para a organização dos grupos consumidores de cestas fornecidas pelas OCSs. As CSAs são exemplos de organizações de natureza privada, desvinculadas de políticas públicas, portanto menos dependentes de campos governamentais. São organizações alicerçadas em relações de cooperação e que exigem habilidade social para sua criação e manutenção. Assim, estas iniciativas fornecem outras referências às OCSs e, além das ações diretamente ligadas às atividades de comercialização, os agricultores criam laços, compartilham redes de contatos, inclusive produtores orgânicos certificados, e reúnem forças para conquistar novos espaços na comunidade local, evidenciado pelo crescimento do número de feiras de produtos orgânicos, onde agricultores de CSAs e OCSs compartilham o mesmo espaço, como constatado em Sorocaba, Piracicaba e São Carlos.

4.3- Participação no PAA e PNAE

As OCSs pertencentes à amostra mantêm relacionamento com diferentes organizações e esferas governamentais. Além do contato frequente mantido com representantes do MAPA e de organizações governamentais que atuam diretamente em políticas de ATER, destaca-se o relacionamento com as secretarias municipais, notadamente as secretarias de agricultura e de educação. Elas coordenam e operacionalizam os programas de compras institucionais do governo federal (PAA e PNAE), assim como realizam programas de natureza interdisciplinar sobre educação ambiental, saúde, nutrição e educação alimentar, no âmbito dos municípios. Apesar da legislação federal incentivar a aquisição de gêneros da agricultura familiar e de produtos orgânicos, a execução destes programas ocorre no âmbito dos municípios que, por sua vez, podem ter prioridades e orientações mais ou menos alinhadas à execução destas políticas. Os agricultores têm que planejar a produção durante o ano, em termos de volume e variedades, em função do planejamento do cardápio anual das organizações governamentais (escolas, restaurantes populares, outros) realizados pelas nutricionistas responsáveis. Assim, além de ter interlocução com o departamento de compras institucionais, os agricultores, por meio de seus representantes, têm que interagir com as nutricionistas responsáveis pela confecção dos

cardápios para garantir que os produtos ofertados pela OCS estejam presentes nos cardápios da merenda escolar e demais organizações que recebem os gêneros oriundos das compras institucionais.

As OCSs dos municípios próximas a Sorocaba (Iperó, Capela do Alto e Araçoiaba da Serra) são aquelas situadas numa das regiões com densa rede agroecológica e pioneirismo em participar das compras institucionais, conforme a própria publicação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE, 2010), pois os agricultores da região estão há uma década participando de chamadas públicas. Assim, conforme os novos grupos foram surgindo, os canais de contato para ingressar nos programas governamentais eram facilitados pelos pioneiros a praticar as vendas institucionais. Este aspecto está em sintonia com os princípios da agroecologia que preconizam o aprendizado entre os agricultores, as trocas de experiências e conhecimentos acumulados.

Entre as demais OCSs analisadas ficou constatado que grande parte dos agricultores tem procurado participar das chamadas públicas relacionadas ao PAA e PNAE. Os contratos têm cláusulas que estabelecem um limite de venda por agricultor por ano. Assim, conforme os agricultores superam as dificuldades relacionadas à produção, planejamento de volume e variedade de produtos, eles passam a participar destes contratos e ampliam as fontes de receita das unidades produtiva. Durante o período considerado, no município de Ibaté a OCS local não participou das chamadas de compras institucionais, mas uma OCS do município de São Carlos estava entre os fornecedores no ano de 2019. Em Araraquara, a OCS Grupo Familiar Orgânico Chico Bento participou das compras institucionais em 2019. Em São Carlos, agricultores das OCSs Agroflorescer Orgânico e Associação dos Produtores Rurais Nova Santa Helena participaram das chamadas públicas, assim como agricultores representantes das demais OCSs, em seus respectivos municípios. Apesar de alguns agricultores manifestarem insatisfação com relação a “burocracia” envolvida nas transações das compras institucionais, outros afirmaram que, para alguns produtos, o preço pago pelos programas governamentais era melhor do que o obtido na venda direta.

5 CONCLUSÃO (OU CONSIDERAÇÕES FINAIS)

De acordo com os dados levantados junto da amostra de OCSs paulistas, a maior parte dos agricultores em transição agroecológica estão adotando estratégias de venda da produção

que exploram circuitos curtos de comercialização. Para muitos agricultores de base agroecológica a conversão para sistemas de produção orgânica com certificação pode ser menos relevante à medida que as estratégias de comercialização e as redes de consumidores se consolidam. Assim, a opção pela agroecologia seria mais do que uma crítica ambiental à agricultura convencional, mas se estende como uma crítica à ideia de agronegócio e à lógica dominante em suas cadeias de produtivas. As estratégias de comercialização mais frequentes entre os agricultores da amostra foi a participação em feiras livres, na maioria de frequência semanal, a venda sob encomenda de cestas de produtos agroecológicos e a venda às prefeituras municipais relacionadas aos programas de aquisição de alimentos, tanto o PAA quanto o PNAE, com destaque para o segundo.

As feiras orgânicas têm ganhado destaque tanto em termos de geração de receita como também para dar visibilidade para os agricultores que participam das OCSs e divulgar o trabalho dos grupos em transição agroecológica. Foi possível verificar arranjos informais entre os agricultores, em particular para superar dificuldades relacionadas a transportes, quando agricultores desprovidos de veículos, na maior parte das vezes, escoam a produção em parceria com agricultores que participam das feiras e demais atividades que dependem de deslocamentos. Outro aspecto que ficou evidenciado entre os agricultores que participam das feiras, das vendas coletivas e das chamadas públicas foi o desenvolvimento coletivo dos grupos uma vez que para realizá-las foi necessário melhorar a gestão das atividades integrando a produção e a venda dos gêneros produzidos.

REFERÊNCIAS

ATIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. AS-PTA. Guaíba. Agropecuária, 2002.

_____. Agroecologia, agricultura campesina e soberania alimentar. **Revista Nera**, n. 16, pp.22-32, 2010.

BRASIL. **LEI Nº 10.831, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003**. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm. Acesso em: 12 mar 2020.

_____. **DECRETO Nº 7.794, DE 20 DE AGOSTO DE 2012**. Institui a política nacional de agroecologia e produção orgânica. Diário Oficial, Brasília, p. 4, 21 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7794.htm Acesso em: 12 mar 2020.

BROWN, Cheryl; MILLER, Stacy. *The impacts of local markets: a review of research on farmers markets and Community Supported Agriculture (CSA)*. *Amer. J. Agr. Econ.* N.5, p. 1296-1302, 2008.

FLIGSTEIN, Neil. Habilidades Sociais e Teoria dos Campos. *Revista de Administração de Empresas*, v. 47, n. 2, p. 61-80, 2007. Disponível em: https://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75902007000200007.pdf. Acesso em 14 mar. 2016.

FLIGSTEIN, Neil; MCADAM, Doug (2012). *A theory of fields*. New York: Oxford University Press, 2012.

FRANCIS, C.; LIEBLEIN, G.; GLIESSMAN, S.; BRELAND, T. A.; CREAMER N.; HARWOOD, R.; SALOMONSSON, L.; HELENIUS, J.; RICKERD, D.; SALVADOR, R.; WIEDENHOEFT, M.; SIMMONS, S.; ALLEN, P.; ALTIERI, M.; FLORA, C.; POINCELOT, R. Agroecology: The Ecology of Food Systems, *Journal of Sustainable Agriculture*, 22:3, 99-118, 2003. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1300/J064v22n03_10. Acesso em 12 abr. 2019.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO- FNDE. Agricultores familiares aprendem a vender para a merenda escolar. São Paulo, 13 Abril 2010. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/area-de-imprensa/noticias/item/1884-agricultores-familiares-aprendem-a-vender-para-a-merenda-escolar?tmpl=component&print=1/> . Acesso em: 12 de jun. 2019.

GLIESSMAN, Stephen R.; ROSEMEYER, Martha. *The Conversion to Sustainable Agriculture: Principles, Processes, and Practices*. New York: CRC Press, 2010.

HASS, Jaqueline Mallmann; RAMBO, Anelise Graciele; BOLTER, Jairo Alfredo Genz. Os Núcleos de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA) enquanto mecanismos de desenvolvimento regional: algumas considerações. *Colóquio – Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat - Taquara/RS - v. 16, n. 2, Edição Especial II SNDR*, 2019. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/1222/799> . Acesso em 10 jan. 2020.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). **CADASTRO NACIONAL DE PRODUTORES ORGÂNICOS**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>. Acesso em jan. 2019.

MUNDO NETO, Martin; RAMOS, Raquel Fabbri.; ANTONIA, Leonardo Dalla. PARCEIROS NA EXPANSÃO DA AGROECOLOGIA EM SÃO PAULO. *Revista Interface Tecnológica*, Taquaritinga, v. 16, n. 1, p. 393-405, 2019.

NORA, Fabiane Dalla; ZANINI, Maria Catarina. A feira como um espaço de sociabilidade. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 18, n. 1, p. 135-154, 2015. Disponível em: <http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/185/169> . Acesso em: 13 fev. 2019.

ROSSET, Peter M.; MARTÍNEZ-TORRES, Maria Elena. *Rural Social Movements and Agroecology Context, Theory, and Process*. *Ecology and Society*, Vol. 17, No. 3, Sep 2012.

VILELA, Gisele Freitas *et. al.* Agricultura orgânica no Brasil: um estudo sobre o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. **Embrapa Territorial**, maio de 2019. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/197399/1/5058.pdf> . Acesso em: 12 fev 2020.